STF encerra processo correio Bastidores contra Mauro Cid

Tenente-coronel foi o único a não apresentar embargos

O Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou nesta terça--feira (28) o processo da trama golpista contra o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de Ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, que assinou um acordo de colaboração premiada e tornou-se o principal dela-

O militar foi o único dos condenados do chamado núcleo crucial da tentativa de golpe de Estado a não recorrer da decisão da Primeira Turma do Supremo. Agora, o ministro Alexandre de Moraes vai determinar o início da execução da pena.

Situação

Há uma discussão sobre qual será a situação de Mauro Cid. Por ter feito a colaboração, Mauro Cid recebeu pena bem menor que os demais. Enquanto a pena estabelecida, por exemplo, ao ex-presidente Jair Bolsonaro foi de mais de 27 anos de prisão, a de Mauro Cid foi estabelecida em dois anos.

A defesa do militar entende que ele já cumpriu mais de dois anos da pena, se somado o tempo em que ficou preso preventivamente e o período em que cumpriu medidas cautelares. Isso agora precisará ser definido pela Primeira Turma do STF.

Há uma tese no Supremo, porém, que entende que as medidas cautelares, como uso de tornozeleira e proibição de deixar sua casa aos fins de semana, não devem ser contadas na detração da pena.



Mauro Cid foi o único cuja defesa não fez novos recursos ao julgamento

Um meio-termo pode ser a inclusão, no cálculo da detração da pena, do período em que Cid ficou impedido de sair de casa. As restrições foram impostas às noites, das 18h às 6h, e aos fins de semana.

Mauro Cid foi condenado a dois anos de reclusão, em regime aberto, pela participação no núcleo central da trama

A pena de Cid é a menor entre todos os condenados pela trama golpista por causa do benefício acertado entre o militar e a Polícia Federal no acordo de colaboração premiada.

Embargos

Todos os demais réus do chamado núcleo crucial apresentaram embargos de declaração. Esses embargos visam tirar dúvidas ou eventuais omissões com relação ao processo. No caso do ex-presidente Jair Bolsonaro, a defesa baseou boa parte dos embargos em novas contestações sobre a delação de Mauro Cid e alegou que Bolsonaro teria cogitado em algum momento o golpe de Estado, mas teria desistido após consultar os comandantes militares e outros envolvidos. Nesse sentido, portanto, na visão de sua defesa, o eventual crime não teria se consumado.

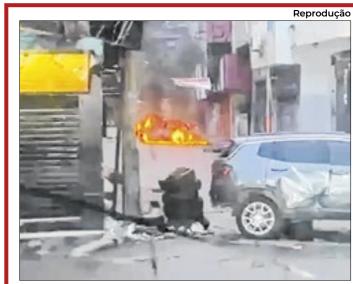
A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar, de modo virtual, entre os dias 7 e 14 de novembro, o recurso do ex-presidente Jair Bolsonaro contra a decisão que o condenou a 27 anos e três meses de prisão por crimes contra a democracia.

Na mesma sessão virtual deverão ser julgados os recursos de outros seis réus, todos antigos aliados do ex-presidente e que foram considerados o núcleo principal de uma tentativa de golpe de Estado que tentou manter Bolsonaro no poder mesmo após derrota eleitoral em 2022.

Os demais réus que também apresentaram recurso sustentaram argumentos semelhantes aos de Bolsonaro. A defesa do general Walter Braga Netto ex-ministro da Casa Civil e da Defesa e vice na chapa de Bolsonaro em 2022 -, por exemplo, acusou o relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, de parcialidade, além do cerceamento de defesa.

Com informações de Cezar Feitosa (Folhapress) e Agência Brasil

José Cruz/Agência Brasil



Ação da polícia e reação de bandidos geraram caos

Desde 2020, polícia fez quase 5.500 operações em favelas

A decisão do Supremo Tribunal Federal que restringiu operações em favelas do Rio não impediu que, desde junho de 2020 e até o último dia 15, as polícias fluminenses fizessem 5.485 incursões nessas comunidades, média de 2,81 por dia.

Ontem, o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), voltou a criticar a decisão do STF na Arguição de Descumprimento de

Aumento

No início de abril deste ano, o próprio STF, também criticado pelo prefeito Eduardo Paes (PSD), diminuiu as exigências para a realização dessas operações. Desde então, policiais militares e civis fizeram 473 incursões em favelas — a média foi para 2,42 por dia.

Preceito Fundamental 635: classificou a ADPF de "maldita". Segundo ele, a limitação das ações proporcionou a instalação de muitas barricadas nessas favelas.

Relação disponível no site do Ministério Público do Rio mostra que, no período, policiais fizeram 88 operações nos complexos do Alemão e da Penha, alvos de grande incursão ontem.

Diminuição

Apesar da decisão do STF que flexibilizou a norma anterior, a coluna não encontrou, na página do MPRJ, registros de operações policiais ocorridas nas principais favelas dos dois complexos, localizados na Zona Norte do Rio, depois de abril. A ADPF foi proposta pelo PSB.

Vinicius Lisboa/Agência Brasil

Falta de ônibus fez lotar estações do metrô

Planalto ligou para Castro e pediu explicações

Um integrante do governo federal telefonou para Cláudio Castro para reclamar de suas críticas, feitas ontem, durante entrevista coletiva, a uma suposta omissão na segurança pública do Rio.

A coluna apurou que Castro reiterou o que dissera aos jornalistas: que o governo havia negado o empréstimo de blindados da Marinha e que isso só poderia ocorrer em caso de decretação de GLO, Garantia da Lei e da Ordem.

O Planalto ressaltou que cabe a governadores pedirem a GLO ao presidente da República: mas, para isso, é necessário que eles reconheçam a indispobibilidade, inexistência ou insuficiência de seu sistema de segurança.

Rejeição

Outro problema é que Lula não gosta de GLO — tanto que não aceitou chamar as Forças Armadas para controlar a intentona de 8 de janeiro de 2023. Na época, foi aconselhado pela mulher, Janja: diante da tentativa de golpe, era melhor não dar poderes aos militares.

Reação

A crise está longe de terminar. As mortes de dois policiais militares e de dois civis tendem a gerar reações incontroláveis por parte de integrantes das duas corporações. A chacina do Jacarezinho, em 2021, teve 28 mortos e foi gerada pelo assassinato de um policial civil.

Respostas

O governo encarregou os ministros Ricardo Lewandowski, da Justiça, e Gleisi Hoffmann, de Relações Institucionais, de responderem ao governador. Foram aconselhados a irem com calma: o Planalto não quer politizar o caso, mas não aceita que a bomba vá para seu colo.

Sem digitais

Outro problema para Castro: informações que chegaram ao Planalto indicam que parte dos 60 mortos pela ação policial teve as pontas dos dedos arrancadas. Isto, para dificultar a identificação dos corpos. Não será fácil a polícia sustentar que todos eram bandidos.

Alckmin busca China para acordo sobre montadoras

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, entrou em contato com a Embaixada da China no Brasil para buscar uma via diplomática que garanta o abastecimento de chips ao mercado nacional. Alckmin também tratou do assunto com a representação do Brasil na China.

Montadores de veículos que atuam no Brasil pediram que o governo federal faça uma negociação direta com o governo chinês, para garantir que o país não seja afetado pela disputa global de chips deflagrada entre China, Estados Unidos, Ho-

landa e demais países europeus. O assunto foi tema de uma conversa ocorrida nesta terça--feira (28) entre Geraldo Alckmin e representantes do setor automotivo, como a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a Bosch e representantes dos trabalhadores do setor.

Bem recebida

Durante o encontro, Alckmin chegou a deixar a sala para falar com o embaixador da China no Brasil e comentar o assunto. Ao retornar, sinalizou que a demanda foi bem recebida pelo representante do governo chinês no Brasil.

Na guerra comercial pelo controle do mercado de chips, a China anunciou novas regras de controle às exportações. A partir de dezembro de 2025, toda venda internacional de semicondutores pelos chineses terá de ser acompanhada de declaração da empresa importa-



Alckmin: evitar que produção de automóveis pare

dora, assegurando que o produto final não será exportado para países considerados "sensíveis" pelo governo chinês.

O Brasil quer usar o argumento de que sempre foi um importador final dessas peças e que não está no centro da disputa geopolítica, para tentar escapar do embargo que já afeta todo o setor no país.

Moisés Selerges, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, participou do encontro com Geraldo Alckmin. Ele disse que o setor saiu otimista do encontro. "O vice-presidente é uma pessoa pragmática e ouviu nosso pleito. As montadoras disseram que conseguem aguentar de duas a três semanas, sem falta de componentes. No Brasil, ainda não houve paralisação de trabalhadores do setor, mas estamos muito

próximos disso", comentou.

Disputas

A crise dos chips, desencadeada nos últimos dias, é resultado direto de disputas geopolíticas envolvendo o controle de tecnologias e de minerais críticos, como as terras raras.

No dia 12 de outubro, um domingo, o governo holandês, sob forte pressão dos Estados Unidos, assumiu o controle da fabricante Nexperia, uma gigante de semicondutores que atua naquele país. Ocorre que a Nexperia é uma subsidiária do grupo Wingtech, de origem chinesa. Com a atitude, o presidente chinês da empresa foi destituído por ordem judicial, sob suspeita de transferência indevida de tecnologia para a China.

Ao assumir o controle temporário da empresa, o governo holandês alegou que havia risco de escassez de chips.

O temor é de que Pequim possa usar a companhia para influenciar ou restringir o fornecimento de semicondutores à Europa.

A resposta chinesa veio de imediato, com o bloqueio das exportações de chips produzidos em suas fábricas para diversos destinos internacionais, incluindo o Brasil.

A reação colocou a indústria automotiva brasileira em posição vulnerável, já que praticamente todas as montadoras utilizam os componentes da

Esses chips chegam ao país em rolos e são incorporados a módulos, sensores e sistemas de iluminação. Esse tipo de semicondutor é considerado simples, mas indispensável.

> André Borges (Folhapress)